

Foi-se o apagão, ficou a pobreza energética

Portugal passou metade do dia 28 de abril sem energia elétrica o que levou a profundos constrangimentos na vida dos seus habitantes, a nível pessoal e profissional. Apesar da falta de comunicação das autoridades, em termos técnicos parece ter-se conseguido retomar a normalidade no dia seguinte.

Mas, o que teria acontecido se o “apagão” tivesse acontecido num dia com o frio cortante do inverno ou com o calor tórrido do verão, ao invés de um dia ameno e aprazível? Num país energeticamente pobre, onde essa pobreza chega até à classe média, o que teria acontecido se a maioria dos lares portugueses ficasse sem formas de aquecimento ou arrefecimento? Teríamos, provavelmente, vivido uma pequena tragédia, com vidas em risco, sobretudo na população mais idosa e doente.

É certo que é impossível prever alguns acontecimentos e pode até acontecer que algo assim não volte a acontecer num futuro breve, mas mesmo assim, temos de nos preparar para a possibilidade de isto voltar a acontecer. Para isso, é necessário acautelar a soberania energética de Portugal, reforçar todos os mecanismos de prevenção e proteção civil, enquanto continuamos a combater a pobreza energética. Melhorar o conforto e a eficiência energética dos edifícios deve igualmente estar focada na envolvente passiva (paredes, coberturas e janelas), deixando para trás apoios desnecessários à aquisição de aparelhos de ar condicionado que além de consumirem mais energia estão sempre dependentes da sua existência.

A pobreza energética mantém-se e não podemos deixar que esteja na penumbra de um outro ‘apagão). Mesmo quem tem algum poder de compra, vive ou trabalha em edifícios que não têm o devido isolamento térmico simplesmente porque a maior parte dos imóveis, em Portugal, não foram construídos com essa necessidade em vista. Relembro que apenas em 1990 é que tivemos legislação e requisitos para o comportamento térmico dos edifícios, e somente em 2016 é que entrou em vigor a necessidade de cumprir valores mínimos obrigatórios de isolamento térmico para as janelas instaladas em construção nova. Quanto aos milhares de edifícios e fogos com janelas ineficientes com vidro simples, continuamos com um quadro bastante negro, sendo mesmo dos piores países da União Europeia.

Em suma: tivemos mais um lembrete - e que poderia ter sido bem mais doloroso – da necessidade de haver mais ambição para combater o nosso atraso relativamente à eficiência energética dos edifícios e à pobreza energética dos portugueses. Estamos certos de que na próxima legislatura, possamos ter a Agência para o Clima, a funcionar e a dar luz a objetivos ambiciosos e exequíveis para Portugal.

João Ferreira Gomes, Presidente da ANFAJE - Associação Nacional dos Fabricantes de Janelas Eficientes